



OS GANHOS DEMOCRÁTICOS DA COBERTURA POLÍTICA NA TEVÊ PÚBLICA ¹

Acácio Salvador Vêras e Silva Jr ²

Resumo: Pretende-se refletir acerca da capacidade que os distintos sistemas de comunicação tendem a realizar coberturas democraticamente diferenciadas dos temas políticos. Levando esses discurso de auto-legitimação e a antiga idéia de que o controle privado dos meios diminui significativa a qualidade democrática da comunicação política este ensaio propõe-se pensar se o jornalismo empreendido pela TV Brasil, em decorrência de sua economia política diferenciada, reclamada como pública, apresentaria níveis de justiça política mais adequados do que aqueles apresentados pelo jornalismo dos meios privados.

Palavras-Chave: Tevê pública. ganhos democráticos. cobertura televisiva

Introdução

Não se trata de relato de experiência nem análise de uma pesquisa empírica específica, o presente texto pretende ser uma reflexão epistemológica³, ancorada não só, mas, principalmente, nos argumentos, nas concepções e preposições presentes nas obras já estudadas sobre as temáticas que envolvem tanto as discussões de comunicação e política, como especificamente as que tratam da cobertura jornalística (e da depreciação de valores

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Jornalismo Político do IV Encontro da Compolítica, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 13 a 15 de abril de 2011.

² Doutorando em Comunicação e Informação pela UFRGS. Mestre em Comunicação Social pela PUC Minas. Especialista em Comunicação e Política pela UNI-BH. Com graduação em Comunicação Social CEUT/PI. Membro do núcleo de pesquisa em Comunicação midiática e pública ligado ao CNPq. acaciosalvador@hotmail.com

³ Estamos chamando de “Reflexão Epistemológica” a atividade prática que está dentro de nós, que nos permite questionar, fortalecer, reconfigurar as coisas.

democráticos), bem como, ainda, das questões referentes à tevê pública e sua implementação no Brasil.

O ponto de vista que norteia estas reflexões está amparado na tradição bachelardiana, que põe em relevo o caráter histórico e social da ciência, ressaltando-a como fruto do trabalho coletivo, em oposição à imagem que destaca a cultura científica como resultado de uma ação realizada por mentes isoladas.

Ao iniciar a caminhada, muitas questões nos inquietaram e nos impulsionaram a seguir, refletindo: Como se processa a (re) construção da política nos telejornais brasileiros? Como se dá a cobertura dos temas políticos na televisão privada no Brasil? Há uma perda efetiva de valores democráticos nessa cobertura? Como se insere a participação da sociedade civil? O que ocorre numa questão de justiça política. Como se dá a discutibilidade pública dos temas políticos? Qual o papel da tevê pública nesse processo? Foi exatamente em meio a estas diversas questões que iniciamos nossa trajetória de pesquisa, pesquisando inicialmente no mestrado as questões relativas à cobertura cotidiana da política no sistema privado. Por conseguinte, no doutorado as novas questões estão situadas em função de valores democráticos que a literatura acima visitada vê como insuficientes ou em déficits sob o controle privado da comunicação.

Levando-se, então, em conta que o sistema público de comunicação se pauta por princípios da publicidade e alternativos aos empreendidos pelo sistema privado, levantamos a hipótese de que o jornalismo empreendido pela TV pública, em decorrência de sua economia política diferenciada (reclamada como pública), apresentaria uma cobertura mais balizada em valores democráticos do que aqueles apresentados pelo jornalismo dos meios privados. A proposta é, portanto, como já havíamos dito tecer aqui algumas considerações de natureza teórico-epistemológica, sobre as questões a cima situada.

Nos termos em que nos propomos, este trabalho está assim estruturado: após esta breve nota introdutória, no segundo momento, convidando os diferentes autores para apresentar/discutir os déficits democráticos presentes na tevê privada. Na terceira parte do artigo traz a discussão sobre tevê pública e questões que norteiam não só sua capacidade em superar esses déficits, sua constituição no mundo, apontando outras experiências. Em seguida, uma proposta de reflexão acerca do encaminhamento da implementação da tevê

pública no Brasil, arraigados pela necessidade de um acompanhamento social desse processo, devido aos investimentos de toda ordem feitos pelo poder público. E, finalizando, retomamos alguns pontos numa nota de natureza conclusiva.

1 Os déficits democráticos da cobertura na tevê comercial

Aportados pela idéia de que uma sociedade só pode ser chamada de democrática quando as diversas vozes, opiniões e culturas que a compõem têm espaço para se manifestar, o presente texto pretende se agregar aos estudos que vêm sendo desenvolvidos pelos campos da Comunicação e da Política a respeito do papel do telejornalismo no processo democrático da sociedade. Tentando contribuir assim com uma reflexão acerca da implementação e fortalecimento da tevê pública no Brasil como fomentadora de avanços democráticos.

Que a televisão e seu telejornalismo constituem um dos suportes fundamentais da comunicação de massa contemporânea e desempenham um papel de destaque ao suprir os cidadãos com informação, não é nenhuma novidade. No entanto, o que fundamentaremos agora diz respeito à vasta literatura que apontam para uma insuficiência de doses adequada de valores democráticos da cobertura da televisão comercial, que notadamente é predominante no Brasil.

Na esteira da literatura revisada (COHEN, GOMES, HABERMAS, MAIA, WESLER, WEBER, dentre outras), três questões podem ser consideradas como fontes fundamentais para uma parca qualidade democrática dos meios massivos das TVs comerciais: (1) pouca atenção aos temas e assuntos de interesse público e mais atenção a questões de interesse do público; (2) sistemática invisibilidade da sociedade civil, incorrendo, então, num problema de justiça política e (3) ausência de níveis democraticamente densos de discussão pública. Discutiremos, a seguir, os aspectos de cada uma dessas questões separadamente.

1.1 Visibilidade pública política

Dizer que não é só a política que vive da esfera de visibilidade pública brasileira não teria nada autêntico, porém a política nesse contexto ocuparia um lugar bem menor que o

senso comum pudesse imaginar. Sabedores da importância da política para a sociedade, imagina-se que ela faça parte de um grande contingente de notícias dos telejornais. Como aponta Gomes (2008) na citação abaixo:

Quando se trata da oferta noticiosa que privilegia a informação sobre fatos de interesse social estritos, a chamada *hard news*, em contraste com a informação sobre os fatos de interesse social geral (os fatos interessantes que constituem as *softs news*), imaginamos que o centro de todo o processo esteja na editoria de política. E que as notícias de política, *sensu stricto*, e de interesse social com implicação política constituam o centro de visibilidade pública. A rigor pelo menos do ponto de vista quantitativo, isso não acontece (GOMES, 2008, P.8).

De acordo com Gomes (2008)⁴, apenas 15,56% do Jornal Nacional é dedicado às notícias políticas, e a rigor, grande parte dessas notícias de política seriam uma espécie de sub-classe das notícias de interesse social, e somente assim nesses termos ela alcança pelo menos no *JN*, maior espaço ou localização mais “nobre”.

Sobre essa diluição da cobertura política do Jornal Nacional Guazina e Vanti (2006) diz:

Ao omitir acontecimentos políticos e diluir a cobertura política dentro de uma cobertura de variedades e *show business*, com uma escolha voluntária de critérios de noticiabilidade vinculados ao espetáculo e ao interesse humano, o Jornal Nacional, mudou para continuar o mesmo: mantendo seu padrão de prática jornalística oficialista, lucrando retorno financeiro e capital político (GUAZINA e VANTI, 2006, p.173).

Portanto, o espaço ocupado pela política no telejornalismo do sistema privado de comunicação é bem menor do que se pleiteia como ideal, o tratamento dos assuntos políticos e referenciar aqueles estudos que acusam a comunicação de massa de privilegiar assuntos de interesse do público e não de interesse público.

Dentro dessa pouca visibilidade dada aos temas políticos pelo sistema privado de comunicação, outro déficit torna ainda mais grave essa cobertura, trata-se da inserção/participação da sociedade civil nesse jornalismo, e é esse o próximo tópico que abordaremos.

⁴ A amostra das pesquisas realizadas por Gomes constitui-se na coleta das falas dos atores políticos de 100 edições consecutivas do Jornal Nacional, do segundo semestre de 2007, situadas entre 27 de Agosto a 20 de Dezembro, constituindo um *corpus* total de 50 horas, 25 min e 13 segundos do telejornal.

1.2 Justiça política (participação da sociedade civil)

Se o que está em questão é uma das arenas discursivas com maior peso na sociedade contemporânea, o princípio da justiça política que esteve sempre ao lado da noção de publicidade parece se mostrar, nessa ocasião, especialmente imprescindível:

A liberdade de acesso e a participação paritária (direito igual de emitir opinião) são o ideal de regulação de todos os arranjos institucionais que reivindicam uma legitimidade democrática; todos os cidadãos sujeitos à lei deveriam ter o direito de participar e de expressar suas opiniões, de tentar exercer influência, e todos os participantes deveriam ser capazes de fazê-lo em igualdade de condições (COHEN, 2003, p.426).

De acordo então com esse princípio central à idéia mesma de democracia, o que se espera e se defende é “a necessidade de garantir uma competição justa entre os grupos, a fim de que todos tenham chances iguais de expressar seus interesses e se fazer representar” (MAIA, 2004, p.19). Um senso de justiça que, diante de um contexto social marcado por profundas desigualdades econômicas, precisaria ao menos garantir, condições de fazer com que grupos e perspectivas alcançados por essas desvantagens possam ser tratados em condições de paridade participativa na formação da opinião e da vontade públicas. Isso porque, só a partir dessas condições é que se garantiria a impossibilidade da locução despótica assim como se forneceria a possibilidade de iguais chances de influência “a todos os participantes da discussão, sobretudo àqueles mais fracos que não podem retirar de outras esferas a força para impor a sua causa” (GOMES, 2004, p.198).

Diante de tais exigências normativas, um aspecto problemático a ser discutido seria o modelo de economia política dos meios de comunicação que tem predominado na maior parte das democracias contemporâneas. Se a expectativa é que a arena de discussão pública deva garantir condições para que até mesmo públicos com baixo capital econômico possam se valer em iguais chances de participação, tais chances ficariam sensivelmente prejudicadas a partir do momento que a estrutura comunicativa da comunicação de massa passa a ser controlada por grupos economicamente poderosos e que buscam atingir com essas estruturas a maximização de lucros financeiros. Tal raciocínio faz com que o sistema dos *media* em que predomina o controle privado da comunicação (principalmente em países como o Brasil e os

EUA) passe a ser visto como uma barreira aos públicos atingidos por desvantagens econômicas e outros tipos de exclusão historicamente constituídos. Nesse modelo de economia política da comunicação, as pressões de exclusão social tenderiam então a prejudicarem intensamente o princípio da justiça política:

Parece-me que a vida democrática tem como suas pré-condições, dentre outras coisas, uma exigência de igualdade de chances para quem participa da disputa política e uma exigência de que os cidadãos devam ter oportunidades de formar de maneira livre e correta a sua própria opinião política. Ora, parece-me que justamente essas duas condições de possibilidade do modo de vida democrático não se encontram asseguradas em sociedades que permitem o controle particular da informação política. (GOMES, 2004, p.184).

Os dados trazidos por algumas pesquisas recentes (Gomes, 2008; Miguel & Tokarski, 2008) confirmam, então, a percepção da discussão pública promovida pelos *media* se tornar, na cena midiática, privativa do grupo de profissionais da esfera política, reservando-se a eles o espaço onde a discussão e a deliberação se realizam (Gomes, 2004, p.202-203).

Nesse sentido, as pesquisas que vêm mensurando a distribuição de visibilidade pública política no sistema midiático nacional vão reforçando, de modo mais consistente, as preocupações quanto às tendências de afastamento do sistema político em relação às demandas da esfera civil. Isso teria por resultado o fortalecimento de processos ilegítimos acumulados nas operações do sistema político contemporâneo (Habermas, 1997, p.121). Dentre as circunstâncias que favorecem esses processos de produção de uma esfera pública frágil (com pouca porosidade comunicativa entre esfera civil e esfera política), o autor não hesita em abordar a responsabilidade dos *media*:

Os produtores da informação impõem-se na esfera pública através de seu profissionalismo, qualidade técnica e apresentação pessoal. Ao passo que os atores coletivos, que operam fora do sistema político ou fora das organizações sociais e associações, têm normalmente menos chances de influenciar conteúdos e tomadas de posição dos grandes meios. Isso vale especialmente para opiniões que extrapolam o leque de opiniões da grande mídia eletrônica, ‘equilibrada’, pouco flexível e limitada centricamente (HABERMAS, 1997, p.110).

Ora, se há uma deficiência de visibilidade da política na cobertura privada, e ainda uma sistemática invisibilidade da sociedade civil, nos parece calculável que a discutibilidade

pública oriunda desse sistema também faça parte dos déficits que estamos a enumerar aqui, e é esse o próximo aspecto que iremos abordar.

1.3 Discussão política

Nos trilhos que trazem os valores democráticos que estariam sendo depreciados pela atuação da tevê massiva de caráter comercial vem junto a questão da discussão pública política produzida no âmbito da esfera pública. Referência fundamental, nesse sentido, é o trabalho de Jürgen Habermas acerca da *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (Habermas, 1984). Nesse trabalho, o autor alemão identificou, dentre outros fenômenos, uma degeneração do caráter público da comunicação política a partir do momento que a produção de visibilidade pública passou a ser controlada pela lógica comercial e da cultura da integração sustentada pela indústria cultural em expansão.

Não obstante, as análises de *Mudança Estrutural* receberam diversas críticas, fazendo com que Habermas fizesse várias revisões de suas análises acerca da comunicação massiva. Nesse sentido, o autor e a literatura em Comunicação & Política como um todo passou paulatinamente a ver - além dos aspectos de resistência por parte da recepção (ponto forte trazido pelos culturalistas) – os aspectos positivos trazidos pela comunicação de massa para o processo político.

A esse respeito, os principais ganhos identificados, em decorrência da expansão da comunicação industrial de massa, foram o aumento da visibilidade e do monitoramento exercido sobre a sociedade política (Gomes, 2004). Além disso, Habermas pontua, mais recentemente, em *Direito e Democracia* (Habermas, 1992) que essa indústria ajuda a estabelecer um contato entre diversos contextos comunicativos, produzindo, assim, uma comunicação generalizada de grande importância para a produção de uma visibilidade pública política amplamente compartilhada e acessível entre os cidadãos.

Não obstante todos esses ganhos, o autor e a literatura, como um todo, ainda mantêm a análise de que o padrão dominante da indústria da comunicação continua a desprivilegiar e a depreciar a densidade da discussão pública, fazendo com que se desestimule paulatinamente uma cultura política afeita à argumentação e às atividades dialógicas como fonte da legitimidade democrática:

No arco desses quarenta e cinco anos, passamos de uma perspectiva que claramente responsabilizava a comunicação industrial de massa pela desvirtuação da esfera pública (Mudança Estrutural), para uma perspectiva que aceita como fato concreto que a esfera pública predominante repousa sobre a plataforma da comunicação pública mediada pelos meios de massa, pagando, contudo, pelos ganhos em acessibilidade e abstração com a perda da discutibilidade ou, ao menos, de níveis democraticamente densos de discussão pública (Direito e Democracia) (p.118).

Diante desses diagnósticos acerca da comunicação de massa, nos perguntamos se eles não estão fortemente sedimentados no padrão privado de comunicação política. Desse modo, torna-se mister pensar como a depreciação dos valores democráticos acima discriminados não poderiam ser compensados ou mesmo superado pela emergência e expansão de um sistema público (televisão pública, é o que nos interessa especificamente) de comunicação.

2 A Tevê pública como solução: experiências pelo mundo

As televisões públicas surgiram na Europa, antes mesmo das televisões comerciais, e foram em um primeiro momento tevês estatais controladas pelos governos (portanto, surgiram por iniciativa do Estado). As ‘bandeiras’ levantadas no pós-guerra, de uma conjuntura que buscava o fortalecimento da democracia e da cidadania, “impuseram” o controle público, a participação da sociedade na gestão das emissoras e a criação de conselhos de representantes. Televisões públicas como a BBC inglesa, a TVE espanhola, a France Télévisión, a RAI italiana, a RTP de Portugal, a ARD e a ZDF, alemãs, entre outras, tiveram sua origem neste momento. No entanto, existem aqui nas Américas, modelos de televisão pública bem sucedida como os Estados Unidos e o Canadá, a PPS e a CSA, respectivamente.

A experiência internacional mostra que as tevês públicas são viáveis e podem cumprir um importante papel na oferta de fontes diversificadas de informação e entretenimento. Podem oferecer programação diferenciada, cultural, política, científica e informativa, em formato que não “combinaria” com a programação da TV comercial, uma vez, que essa pautada pela lógica da publicidade como fonte de financiamento, não seria financeiramente atrativo.

Por esse motivo, acreditamos que em um primeiro momento, é importante conhecer um pouco desta experiência, da história, do funcionamento e do financiamento das TVs públicas mais importantes do mundo.

A mais conhecida e estabilizada é certamente a BBC inglesa, é dirigida por uma diretoria executiva, nomeada por um conselho composto por doze pessoas representativas da sociedade. Formalmente o conselho é nomeado pela rainha, mas, na prática, os nomes são indicados pelo primeiro-ministro. Os conselheiros são personalidades independentes, sem vínculos com organizações e com a tevê comercial. O modelo de financiamento garante total autonomia à BBC. Cada cidadão paga uma taxa anual de contribuição para a manutenção do sistema público.

Outra importante é a France Television, que também tem um complexo sistema de direção. O Conselho Superior do Audiovisual - Presidência da República, Assembléia Nacional e Senado - nomeia o presidente do Conselho de Administração, que tem a responsabilidade de nomear os diretores gerais das quatro tevês do sistema France Television. O Conselho de Administração é formado por quatorze membros, sendo quatro parlamentares, cinco do Estado e mais cinco pelo Conselho do Audiovisual, onde cada conselheiros têm mandato de cinco anos. Cerca de 70% dos custos são bancados por verbas orçamentárias. O resto vem de patrocínios, prestação de serviços e anúncios institucionais.

Na Alemanha, a ARD e a ZDF integram dezesseis emissoras públicas estaduais de doze estados e ambas são dirigidas por dois conselhos: o de Radiodifusão e o de Administração. O conselho de Radiodifusão da ZDF é formado por setenta e sete membros indicados pelo governo federal, governos regionais, partidos e organizações diversas. As verbas federais bancam 75% dos custos e são complementados por receitas próprias.

Um modelo no continente americano é o canadense e sua CBC, que é dirigida por um Conselho Curador de doze integrantes, responsável por todas atividades da corporação. O Governador-Geral indica os integrantes do conselho, sendo vedado pessoas relacionadas à área de radiodifusão. Tal como a BBC, conta com uma contribuição dos cidadãos para o financiamento da rede.

A PBS americana é na verdade uma federação de emissoras públicas e independentes. A direção executiva tem onze membros e é presidida por um dos membros do Conselho

Diretor, que por sua vez é composto por vinte e sete representantes das trezentas e cinquenta emissoras associadas. O Congresso é que destina verbas importantes para seu financiamento.

A RTP portuguesa e a TVE espanhola, “La Primera”, foram muitos anos as únicas televisões de seus países. Têm modelo público de gestão, com conselhos de representantes atuantes e financiamento misto: basicamente estatal, complementado por receitas próprias.

Tabela das experiências de televisões públicas no mundo

Televisão Pública	BBC (Reino Unido)	TVF (França)	RTVE (Espanha)	RTP (Portugal)	PBS (EUA)
Missão	Serviço público	Serviço público	Serviço público	Serviço público	Interesse Público e Educativo
Origem do orçamento	Licença paga (<i>licence fee</i>) e serviços prestados	Publicidade (1/3) e <i>Redevance</i> (Licença paga – 2/3)	Recursos públicos e publicidade. Não há licença paga.	Estatal. Apoio cultural e patrocínio são permitidos. Publicidade restrita.	Diverso: recursos da CPB (Corporation for Public Broadcasting)
Orçamento	£ 4,2 bi em 2006	€ 2,8 bi em 2006	€ 1,5 bi em 2005	€ 274 mi em 2004	US\$ 2,4 bi (trienal)
Modelo de gestão	Truste (gestão) e Conselho Executivo (aplicação das políticas editoriais)	Conselho Superior de Audiovisual e Conselho Administrativo	Conselho de Administração, indicado pelo Parlamento; Conselho Assessor (programação)	Conselho de Administração (gestão) e Conselho de Opinião (programação)	Conselho de Diretores formado por representantes das estações-membro
Relação com a TV	Complementar Equilibrada	Concorrência*	Concorrência*	Complementar Desequilibrada	Complementar Desequilibrada

Tabela comparativa entre as experiências de comunicação pública

Em dissonância a esse quadro das tevês públicas pelo mundo, o padrão Universal de concentração de propriedade e a presença dos *global player* encontram no Brasil um ambiente historicamente acolhedor. Nossos *mass media* se estabeleceram oligopolisticamente. A televisão que é o melhor exemplo desse tipo de concentração no Brasil continua basicamente regidas por um código do início da década de 1960 (lei 4.117, de agosto de 1962), totalmente desatualizado, e constituem um sistema organizado em torno de

poucas redes sobre as quais não existe nenhuma regulamentação legal (LIMA, 2006). Trata-se, portanto, de uma oligopolização que se produz dentro de uma mesma área.

Nosso sistema televisivo de comunicação, já nasceu comercial. A história da tevê em nosso país dá grande destaque ao pioneirismo de Assis Chateaubriand, mas é extremamente evasiva no que se refere aos interesses econômicos que motivaram a iniciativa. Muito se tem dito sobre o sistema de comunicação no Brasil como seguidor do modelo norte-americano, baseado no financiamento da programação a partir do capital privado e seus anúncios comerciais. Porém, como já mostramos, os mesmos Estados Unidos possuem um sistema público operante em dissonância com a nossa realidade onde a comunicação pública encontra-se incipiente.

No entanto, é preciso destacar que a tevê comercial no Brasil cumpriu um papel na integração nacional. O desenvolvimento do sistema privado de comunicação no Brasil se deu de maneira notória, especialmente no que se refere a equipamentos, competência técnica, qualidade de produção e abrangência de cobertura no território nacional. Porém, como destacamos na primeira parte desse artigo, diversos estudos na área concentram esforços na tentativa de demonstrar a depreciação das temáticas políticas no jornalismo empreendidos por essas emissoras, além da parca densidade argumentativa do temas tratados, e uma sistemática invisibilidade da sociedade civil nesse processo.

No entanto, se há uma pluralidade que se sobressai do sistema privado de comunicação, o sistema público caminha em ritmo bem diferente. Um maior equilíbrio entre os sistemas, previsto inclusive na constituição federal de 1988, como tentativa de fortalecer o sistema público de televisão, faz emergir um conjunto de expectativas em torno desse sistema, como sendo capaz de compensar ou superar os déficits democráticos presentes na visibilidade pública política comercial, determinado pelas mídias privadas.

Dentro do conjunto de pesquisas acerca da Tevê Pública no Brasil, é possível observar, desde o início do debate, uma miríade de perspectivas epistemológicas. No entanto, parece que, num primeiro momento, baseados nas experiências pelo mundo, sobressaiu-se um sotaque mais “triumfalista” sobre os diversos potenciais cívicos e democráticos de sua cobertura, que pela sua economia política diferenciada, seria mais propícia a estabelecer uma programação democraticamente mais qualificada do que a mídia comercial.

A maioria das chamadas tevês educativas e culturais no Brasil foram criadas nas três últimas décadas, período que coincide com o período de redemocratização do país. Apesar disso e dos propósitos de ênfase na educação, cultura e cidadania, essas emissoras ainda estão longe de poder cumprir as propostas que lhe deram origem. Ainda que imersas em problemas caráter estruturais e sociais, ela é considerada, como uma solução para muitas das patologias ou insuficiências que poderiam ser identificadas sobre a qualidade democrática da cobertura política do telejornalismo brasileiro.

Apesar das várias perspectivas otimistas em torno da Tevê Pública, ainda são raras as iniciativas que reivindicam o gênero no Brasil. Algumas iniciativas desse segmento pelo mundo apresentam resultados reais de ganho democrático e respostas cívicas, que ampliam a nossa expectativa para seu crescimento no Brasil.

Iniciativas formadas por pesquisadores e profissionais em Comunicação Social, sociedade civil (ativistas), como por exemplo, o coletivo Brasil de Comunicação Social – Intervozes voltam esforços pela efetivação do direito humano à comunicação no Brasil, entendendo o direito à comunicação como indissociável do pleno exercício da cidadania e da democracia.

Tal horizonte de possibilidades se torna extremamente vívido quando nos deparamos no atual processo de expansão do sistema público de comunicação no Brasil, o qual ganhou especial impulso com a criação da EBC (Empresa Brasil de Comunicação) e especificamente a TV Brasil.

Nesse sentido, vale destaca que a TV pública seria pautada por todas aquelas demandas informativas não contempladas pelos veículos comerciais, constituindo alternativas a estes. “Está aí a abordagem presente na gênese do Public Broadcasting service (PBC) dos Estados Unidos, bem como na recente criação da EBC em nosso país” (INTERVOZES, 2009, p. 32). Não por acaso o contexto dessa perspectiva é o cenário de hegemonia dos meios de comunicação comerciais e o enviesamento do conteúdo transmitido por este, que sabemos, segue a lógica da produção de audiência para a venda de anúncios publicitários em detrimento de uma informação mais pautada no interesse público.

O modelo público circunscreveria tudo o que não faz parte do seu oposto, em outras palavras, o público seria outro termo para designar tudo o que não é comercial.

Não por coincidência, nos Estado Unidos, onde essa concepção ganhou força, a rede articulada em torno da PBS reúne tanto veículos mantidos por governos como emissoras operadas por organizações da sociedade civil sem fins lucrativos. No Brasil tal entendimento está na base do que se convencionou chamar de “campo público”, incluindo desde emissoras comunitárias até legislativas com base numa identidade não comercial (INTERVOZES, 2009, p.34)

A distinção entre um campo e outro tem por fundamento a relação que cada um deles estabelece com seu receptor. Os meios com fins lucrativos tratam da audiência como massa e, portanto, buscam o gosto médio para que seus conteúdos possam atingir a atenção do maior número possível de pessoas, a televisão pública, como alternativa, deveria mirar na multiplicidade de públicos e dialogar com as demandas informativas e culturais de cada um deles. Assim, a diversidade aparece como um dos pilares dessa concepção. Segundo Hoynes:

Televisão pública, em sua previsão nos primeiros tempos, deveria prover alternativas ao padrão da televisão comercial e refletir a diversidade do público (...) Essas duas noções – alternatividade e diversidade – estavam fundamentalmente interconectadas (HOYNES, 1994, p.50)

A criação da EBC e de seu serviço televisivo, a TV Brasil, significa uma tentativa de superação do passado de atrelamento dos canais públicos aos governos e autoridades para apontar na direção da construção de iniciativas efetivamente pública.

O debate sobre a criação de uma TV pública no Brasil sempre foi interdito por governos de plantão, às vezes pela oposição das emissoras comerciais. Hoje, as condições são, pela primeira vez, muito favoráveis. A caminhada do país ao padrão digital amplia o espectro de canais disponíveis, e, portanto, ajudam na implementação de outros canais. O Governo Federal dispôs-se a viabilizar o projeto, cedendo seus canais (TVEs do Rio e do Maranhão, canal de São Paulo e Radiobrás) e destinando uma verba orçamentária de R\$ 350 milhões em 2008. Sua empresa de comunicação, a Radiobrás, será incorporada pela EBC, gestora dos canais públicos (TVs, radios e Web) ficando o Governo Federal com o canal NBR para a divulgação de seus atos.

Existe ainda um grande interesse das emissoras públicas estaduais e das TVs universitárias e comunitárias pela proposta de formarem uma rede com a TV Brasil. As emissoras comerciais, por sua vez, não estão fazendo mais ‘tanta’ pressão contra a TV

pública, como em um passado recente. Mas também não podemos esperar nenhum “ativismo” do meio comercial, no aã da implementação da tevê pública no Brasil. A principal demanda que se percebe, através da ABERT, é o questionamento com relação à fonte de financiamento: a TV pública não deveria, e mais, não poderia fazer publicidade comercial, de produtos e serviços, o que desvirtuaria sua natureza.

Levando-se, então, em conta que o sistema público de comunicação se pauta por princípios da publicidade e alternativos aos empreendidos pelo sistema privado, nos faz acreditar que o jornalismo empreendido pela TV Brasil, em decorrência de sua economia política diferenciada (reclamada como pública), apresentaria uma cobertura mais balizada em valores democráticos do que aqueles apresentados pelo jornalismo dos meios privados, o que justificaria o investimento do dinheiro público no fortalecimento da emissora.

Nota final

Não pretendíamos aqui analisar a cobertura realizada pela tevê pública, muito menos a realizada pelas tevês comerciais, tão fortes em nosso país. Nosso objetivo nesse trabalho era, pois, Sabendo que o sistema público de comunicação se pauta por princípios da publicidade e alternativos aos empreendidos pelo sistema privado, nossa argumentação visa um alerta as camadas sociais interessadas na comunicação como ferramenta social em busca de valores democráticos, para o acompanhamentos do desenrolar desses meandros da implementação e fortalecimento da tevê pública em nosso país.

Ainda que a determinação de qualidade mostre-se muito mais relativa do que parece, uma televisão que seja de fato pública não pode passar distante da sociedade civil, seja através de uma fala na qual ecoem as demandas vindas de setores sociais diversos ou por meio da abertura das esferas decisórias à representação popular. Considerando com Habermas, que a comunicação se faz com formulação racional de opinião e reivindicação ou para a percepção das demandas do público e seus diferentes usos, resituados no campo da cultura (BARBERO, 1997), o que pode ser sistematizado em estudos de audiência como os sugeridos por Guillermo Orozco, que de fato fazem uso da idéia de “ouvir o outro lado”, isto é, quem antes não fora ouvido. Diante disso, a experiência mais bem-sucedida nesse sentido é

ainda a da BBC, por meio de seus Conselhos de Audiência que respeitam a representatividade regional das quatro nações (Escócia, Gales, Inglaterra e Irlanda do Norte) e do mecanismo pelo qual mudanças nas políticas editoriais só podem ser empreendidas após consulta pública.

Em outros países, como Espanha, Portugal e Itália, foi introduzido a figura do ouvidor, uma espécie de representante do povo. No conjunto das realizações, o caso da PBS talvez seja o mais notório pela largura do desafio: fundar um espaço de experimentação cultural e educativa, aliada à preocupação localista, no setor das comunicações de um país dominado pela livre iniciativa, o que no mais das vezes é sinônimo da predominância de grandes corporações. Diante da dinâmica emergente da convergência tecnológica e de contradições sociais acentuadas, a hipótese inicialmente lançada de que as televisões públicas seria capaz de superar os déficits democráticos proveniente do modelo privado de televisão tem validade, mais do que a dureza dos pressupostos jurídicos, a comunicação configura-se a partir das articulações estabelecidas com a realidade social.

Desse modo, as políticas públicas não podem perder de vista que é das demandas da sociedade que deve surgir o modelo de comunicação que se quer e se pode fazer, portanto é fundamental que a sociedade civil seja a tencionadora e termômetro desse fortalecimento da tevê pública no Brasil.

Referências

BRASIL. lei nº 4.117, de agosto de 1962. Regimenta as concessões de televisão no Brasil. **Diário oficial da União**. 1962.

COHEN, Jean L.. **Civil society and globalization**: rethinking the categories. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 46, nº 3, 2003, pp. 419 a 459.

DAHLGER, P. **Television and the public share**. London: Sage 1996.

FERREE, Myra Marx, GAMSON, William Anthony, GERHARDS, Jürgen and RUCHT, Dieter. **Shaping Abortion Discourse: Democracy and the Public Sphere in Germany and the United States**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

GOMES, W. “Da discussão à visibilidade” in GOMES, W. e MAIA, R. C. M. **Comunicação e democracia – problemas e perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008, p. 117-162.

GOMES, Wilson . **Internet e participação política em sociedades democráticas**. Revista da FAMECOS, Porto Alegre, v. 27, p. 58-78, 2005 (b). Disponível em: <http://www.pucrs.br/famecos/pos/revfamecos/27/27_wilsongomes.pdf>, Acesso em: 03 Fev. 2006.

HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HABERMAS, J. **Direito e democracia entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

INTERVOZES. **Sistemas públicos de comunicação no mundo: experiências de dozes países e o caso brasileiro**. São Paulo: Paulus, intervozes, 2009.

LIMA, venício de. **Mídia: Crise política e poder no Brasil**. Fundação Perseu Abramo. 2006

MAIA, R C. M. “Dos dilemas da visibilidade midiática para a deliberação pública”. In: LEMOS, A. et al. **Mídia.br**. Porto Alegre: Sulina, 2004. p.09-38.

MIGUEL, L. F. ; TOKARSKI, Flávia Millena Biroli . **Gênero e política na mídia brasileira**. In: 17º Encontro Anual da Compós, São Paulo. Anais, 2008.

THOMPSON, John B. **O Escândalo Político: Poder e visibilidade na era da mídia**. Petrópolis, Vozes, 2000.

TUCHMAN, Gaye. **La producción de la noticia: estudio sobre la construcción de la realidade**, Barcelona: Bosch. 1993.

VÉRAS JR, A. S. S. **A cobertura cotidiana da política no Telejornalismo brasileiro: O que vai ao ar sobre política no Jornal Nacional**. São Paulo; Politicom. Anais, 2009.

WEBER, Maria Helena. **Na comunicação pública, a captura do voto**. Logos - Comunicação e Universidade, v. 01, p. 21-42, 2007.

WEBER, Maria Helena. **Comunicação e espetáculos da política**. Porto Alegre, Editora da Universidade - UFRGS, 2000.

WESSLER, Hartmut. Investigating Deliberativeness Comparatively, **Political Communication**, 25:1, p.1- 22, 2008.